

**MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA**



RECRUTAMENTO E MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL

ICA 33-18

**INSTRUÇÕES PARA DISPENSA DE
INCORPORAÇÃO E DESINCORPORAÇÃO DOS
ARRIMOS DE FAMÍLIA**

2008

MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL



RECRUTAMENTO E MOBILIZAÇÃO DE PESSOAL

ICA 33-18

**INSTRUÇÕES PARA DISPENSA DE
INCORPORAÇÃO E DESINCORPORAÇÃO DOS
ARRIMOS DE FAMÍLIA**

2008



MINISTÉRIO DA DEFESA
COMANDO DA AERONÁUTICA
CENTRO DE DOCUMENTAÇÃO E HISTÓRICO DA AERONÁUTICA

PORTARIA Nº 1.361/DSM, DE 19 DE MARÇO DE 2008.

Aprova a edição da Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 33-18) “Instruções para Dispensa de Incorporação e Desincorporação de Arrimos de Família”.

O DIRETOR DE ADMINISTRAÇÃO DO PESSOAL, no uso das atribuições que lhe confere o art. 4º, do Regulamento da DIRAP, aprovado pela Portaria nº 215/GC3, de 24 de fevereiro de 2005, e considerando a subdelegação de competência de que trata a Portaria COMGEP nº 49/5EM, de 29 de junho de 2006, resolve:

Art. 1º Aprovar a edição da Instrução do Comando da Aeronáutica (ICA 33-18) “Instruções para Dispensa de Incorporação e Desincorporação dos Arrimos de Família”.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Boletim do Comando da Aeronáutica.

Art. 3º Revoga-se a Portaria nº 422/SDSM, de 13 de junho de 1979, que aprovou a IMA 33-2 “Dispensa de Incorporação e de Desincorporação dos Arrimos de Família”.

Maj Brig Ar WHITNEY LACERDA DE FREITAS
Dir da DIRAP

(Publicada no BCA nº 058, de 27 de março de 2008)

SUMÁRIO

1	DISPOSIÇÕES PRELIMINARES	9
1.1	<u>FINALIDADE</u>	9
1.2	<u>ÂMBITO</u>	9
2	DESINCORPORAÇÃO DOS ARRIMOS DE FAMÍLIA	10
2.1	<u>CONDIÇÕES DE ARRIMO</u>	10
2.2	<u>SITUAÇÃO DE ARRIMO</u>	10
3	DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS.....	11
4	ORIENTAÇÕES.....	12
5	DISPOSIÇÕES FINAIS.....	13
	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	14
	ÍNDICE	15

PREFÁCIO

A presente Instrução do Comando da Aeronáutica visa orientar quanto aos procedimentos para disciplinar as atividades de Dispensa de Incorporação e Desincorporação dos Arrimos de Família para os convocados à prestação do Serviço Militar Inicial.

O Serviço Militar consiste no exercício das atividades específicas desempenhadas nas Forças Armadas – Exército, Marinha e Aeronáutica e compreenderá, na mobilização, todos os encargos relacionados com a defesa nacional.

O Serviço Militar Inicial será prestado por classes constituídas de brasileiros nascidos entre 1º de janeiro e 31 de dezembro, no ano em que completarem 19 (dezenove) anos de idade.

A unificação do Alistamento e Seleção para as Forças Armadas foi implantada em todo o território nacional a partir de 2003.

As Juntas de Serviço Militar (JSM) dos municípios realizarão o alistamento de todos os cidadãos, independente da Força a qual desejarem servir. Caberá a essa Junta a expedição e entrega do Certificado de Dispensa de Incorporação (CDI) aos brasileiros que se enquadrarem nas situações previstas na Lei do Serviço Militar.

A dispensa de incorporação é o ato pelo qual os brasileiros são dispensados de incorporação em Organizações Militares da Ativa, tendo em vista as suas situações peculiares ou por excederem às possibilidades de incorporação nessas Organizações.

Os arrimos de família serão dispensados de Incorporação ou Desincorporados conforme o estabelecido na presente Instrução.

Solicita-se aos Senhores Comandantes, Diretores e Chefes de Organizações Militares, em benefício das próprias Organizações e de todo o Comando da Aeronáutica, orientarem os responsáveis pelos Órgãos do Serviço Militar, no sentido de divulgar esta ICA para o fiel cumprimento e execução.

1 DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

1.1 FINALIDADE

Estas Instruções têm por finalidade regular e padronizar o PROCESSAMENTO DAS DISPENSAS DE INCORPORAÇÃO DOS ARRIMOS DE FAMÍLIA, convocados para a prestação do Serviço Militar Inicial, de acordo com o inciso 6 e seus § §, do Artº 105, bem como das DESINCORPORAÇÕES DOS ARRIMOS DE FAMÍLIA, nos termos do inciso 3 do § 3º do artº 140, do Regulamento da Lei do Serviço Militar.

1.2 ÂMBITO

Estas Instruções, de observância obrigatória, aplicam-se a todos os níveis e setores do Sistema do Serviço Militar do Comando da Aeronáutica.

2 DESINCORPORAÇÃO DOS ARRIMOS DE FAMÍLIA

2.1 CONDIÇÕES DE ARRIMO

2.1.1 Para que o convocado ou voluntário à prestação do Serviço Militar Inicial ou o incorporado, seja arrimo de Família, com vistas à Dispensa do Serviço Militar ou à Desincorporação, é necessário que se encontre em uma das seguintes condições:

- a) filho único de mulher viúva ou solteira, ou separada de fato, ou separada judicialmente ou divorciada, a qual sirva de único arrimo;
- b) filho de mulher viúva, ou solteira, ou divorciada que, apesar de não ser filho único, ofereça melhor arrimo à mãe; neste caso a mãe ficará sem direito a outra opção;
- c) filho que sirva de único arrimo ao pai fisicamente incapaz para prover o seu sustento;
- d) viúvo, ou divorciado que tiver filho menor (legítimo ou legitimado) de que seja único arrimo;
- e) casado que sirva de único arrimo à esposa ou à esposa e filho menor (legítimo ou legitimado);
- f) solteiro que tiver filho menor (legalmente reconhecido) do qual seja único arrimo;
- g) órfão de pai e mãe que sustente irmão menor, ou maior inválido ou interdito, ou ainda, irmã solteira ou viúva que viva em sua companhia; ou
- h) órfão de pai e mãe que sirva de único arrimo a um de seus avós decrépito ou valetudinário, incapaz de prover os meios de subsistência.

2.2 SITUAÇÃO DE ARRIMO

2.2.1 Para fins de dispensa de incorporação ou de desincorporação, só será considerada a situação de arrimo quando comprovadamente:

- a) o conscrito ou o já incorporado sustentar dependentes mencionados no Capítulo anterior e não dispuser de recursos para efetivar essa função; e
- b) o sustentado não dispuser de recursos financeiros ou econômicos para a própria subsistência.

3 DOCUMENTOS COMPROBATÓRIOS

3.1 São documentos comprobatórios da situação de arrimo.

- a) Certificado de Alistamento Militar, que será devolvido ao portador (artigo 172 do Regulamento da Lei do Serviço Militar);
- b) Carteira Profissional devidamente escriturada, registrando-se no processo a atividade exercida pelo convocado, qual o salário e a quanto tempo está trabalhando. Caso não possua a Carteira profissional, deverá apresentar declaração do Empregador;
- c) Certidão (ões) de Óbito;
- d) Certidão de Casamento;
- e) Certidão (ões) de Nascimento;
- f) Certidão (ões) de Adoção;
- g) Certidão de Casamento com averbação de homologação de divórcio, quando for o caso; e
- h) Atestado Médico para todos os casos de dependência por incapacidade física e/ou psíquica.

3.2 Os documentos comprobatórios da situação de arrimo deverão ser apresentados ao Presidente da Comissão de Seleção das Forças Armadas, durante a Seleção Geral, ou ao Chefe da Seção Mobilizadora, durante à Seleção Complementar, ou ao Chefe da Seção de Instrução Militar da Organização Incorporadora, durante o Curso de Formação de Soldados, conforme o caso.

3.3 Os candidatos à desincorporação estão isentos da apresentação dos documentos constantes das alíneas “a” e “b” do item 3.1 deste capítulo, devendo apresentar, no entanto os documentos previstos nas demais alíneas do item 3.1 deste capítulo.

4 ORIENTAÇÕES

4.1 Sendo comprovada a situação de arrimo, durante à Seleção Geral ou Seleção Complementar, o Convocado ou Voluntário deverá ser encaminhado à Junta do Serviço Militar (JSM) de origem para ter a situação regularizada.

4.2 Sendo comprovada que a situação de arrimo preexistia à data da incorporação, deverá ser observado o Art. 139 e seus parágrafos, do RLSM.

4.3 Sendo comprovada que a situação de arrimo foi adquirida após a incorporação, deverá ser observado o inciso 3, do Art. 140, do RLSM.

5 DISPOSIÇÕES FINAIS

- 5.1 A presente ICA entra em vigor na data de publicação da Portaria de Aprovação.
- 5.2 A presente ICA substitui a IMA 33-2, aprovada pela Portaria DIRAP nº 422/SDSM, de 13 de junho de 1979.
- 5.3 Os casos não previstos serão submetidos à apreciação do Diretor de Administração do Pessoal da Aeronáutica.

REFERÊNCIAS

Constituição da República Federativa do Brasil, de 05 OUT 1988.

_____. *Lei nº 4.375, de 17 AGO 1964, Lei do Serviço Militar (LSM), com as modificações da Lei nº 4.754, de 18 AGO 1965, Decretos-Leis nº 549, de 24 ABR 1969, nº 715, de 30 JUL 1969, nº 899, de 29 SET 1969 e nº 1.786, de 20 MAIO 1980.*

_____. *Decreto nº 57.654, de 20 JAN 1966, Regulamento da Lei do Serviço Militar (RLSM).*

ÍNDICE

Âmbito	1.2
Condições de Arrimo	2.1
Desincorporação dos Arrimos de Família	2
Disposições Finais	5
Disposições Preliminares	1
Documentos Comprobatórios	3
Finalidade	1.1
Orientações	4
Situação de Arrimo	2.2